

IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ANÁLISE DE RESULTADOS PRÁTICOS NO BRASIL

IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL FINANCIAL EDUCATION STRATEGY: ANALYSIS OF PRACTICAL RESULTS IN BRAZIL

Luiz Calado

Professor do Mestrado Profissional em Administração do Centro Universitário Alves Faria

E-mail: luiz.calado@unialfa.com.br

Deodete Cunha dos Santos

E-mail: deodete@bb.com.br

Recebido em 13 de outubro de 2022

Aprovado em 28 de dezembro de 2022

Resumo

A Estratégia de Educação Financeira Nacional – ENEF, foi instituída formalmente no Brasil em dezembro de 2010, pelo Decreto Presidencial nº 7.3977, com objetivo de promover e fomentar a cultura de educação financeira no país. Dada a magnitude do tema, estudos que espelhem o nível e a evolução da educação financeira, são relevantes para avaliar a efetividade e os impactos das ações propostas na Estratégia. Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar a evolução dos Índices de Educação Financeira no Brasil, a partir de 2010. Foi desenvolvido um estudo de natureza exploratória, com uso da técnica de análise de dados documentais. Foram considerados trabalhos que continham em suas pesquisas as dimensões conhecimento, comportamento e atitude financeira, bem como, as palavras índice ou nível de educação financeira. Analisou-se 9 publicações, sendo uma a nível internacional, 3 de público específico e 5 publicações de público geral. Ao final, concluiu-se que o nível de educação financeira dos brasileiros é mediano, demonstrando que muito ainda precisa ser feito no âmbito da ENEF no Brasil, e ratificando a necessidade urgente de adoção de medidas efetivas de acompanhamento sistemático da evolução e da efetividade das ações propostas.

Palavras-chave: Educação financeira, conhecimento, atitude, comportamento, índice.

Abstract

The Strategy of National Financial Education - ENEF, was formally established in Brazil in December 2010, by Presidential Decree No. 7.3977, in order to promote and foster the culture of financial literacy in the country. Given the magnitude of the issue, studies that reflect the level and evolution of financial education are relevant to assess the effectiveness and impact of the actions proposed in the strategy. In this context, the objective of this study was to analyze the evolution of Financial Education Indicators in Brazil from 2010. It was developed a study of exploratory nature, with use of documentary data analysis technique. They considered studies that contained in their research dimensions knowledge, behavior and financial position, as well as the words index or level of financial education. We analyzed a publication internationally, 3 specific audience and 5 general public publications. Finally, it was concluded that the level of financial education of Brazilians is average, showing that much remains to be done within the ENEF in Brazil, confirming the urgent need to adopt effective measures to systematically monitor progress and effectiveness of proposed actions.

Keywords: financial education, knowledge, attitude, behavior, content.

1 Introdução

O tema educação financeira tem sido amplamente discutido em âmbito nacional e internacional, nos últimos anos. Diferentes nações, autoridades governamentais, entidades do setor privado e organizações não governamentais têm envidado esforços na implementação de estratégias para educação financeira da sociedade. Nesse contexto, a OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, recomenda aos seus países membros a promoção da educação financeira de seus cidadãos, e aborda uma série de princípios e boas práticas para fomentar programas de educação financeira (OCDE, 2005). De acordo com a OCDE (2005), a educação financeira é definida com a combinação de consciência, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamento necessários para a tomada de decisões de maneira segura em assuntos relacionados às finanças do dia a dia.

No Brasil, sob as orientações e diretrizes da OCDE, foi estabelecido formalmente em 2010, a ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira, por meio do Decreto Presidencial nº 7.397. A ENEF é uma política de Estado, de caráter permanente que conta com a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira e tem como finalidade fortalecer a cidadania, disseminar a educação financeira e previdenciária, promover a tomada de decisões financeiras conscientes e autônomas e aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro (BRASIL, 2010).

Quanto aos públicos preferenciais e objeto das iniciativas de educação financeira, é possível identificar diversas ações focadas em estudantes e professores universitários, servidores públicos e estudantes de ensino médio. A maior parte, entretanto, é para o público adulto em geral.

Em dezembro de 2015, foi realizado workshop¹ com os membros da Comissão Permanente (CP) do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)², cuja finalidade foi identificar, alinhar e fomentar as ações voltadas aos adultos e outros públicos selecionados, para facilitar a visualização das iniciativas de educação financeira desenvolvidas pelos membros do Comitê. O resultado do workshop consta no relatório da CONEF (2016), em que foi identificado 112 iniciativas em andamento e em desenvolvimento pelos órgão e entidades que compõem o Comitê³.

As diversas iniciativas abordam assuntos relacionados à:

- ✓ Educação Financeira Básica - cidadania; receitas, despesas e orçamento; reservas (poupança) e investimento; crédito; autonomia; prevenção; proteção; planejamento;
- ✓ Relacionamento com Sistema Financeiro Nacional (produtos e serviços financeiros, canais de atendimento, funcionamento do Sistema Financeiro Nacional - SFN, meios de pagamento);

¹ Resultados do workshop de identificação, alinhamento e fomento das ações voltadas aos adultos e outros públicos. CP/CONEF, Janeiro/2016.

² O CONEF é responsável pela governança estratégica da ENEF e define planos, programas, ações e coordena a implementação da ENEF. Os membros são designados pelo Ministro da Fazenda.

³ Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF): um Diretor do Banco Central do Brasil; o Presidente da CVM; o Diretor-Superintendente da PREVIC; o Superintendente da SUSEP; o Secretário-Executivo do MF; o Secretário-Executivo do MEC; o Secretário-Executivo do MJ; o Secretário-Executivo do MPAS; Quatro representantes da sociedade civil: ANBIMA(Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), BM&FBOVESPA, FEBRABAN e CNSEG (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização)

- ✓ Benefícios previdenciários; e
- ✓ Regime Geral de Previdência Social.

De acordo com o Plano Diretor da ENEF (BRASIL, 2009), além de incentivar a disseminação de ações e programas de educação financeira nas diversas áreas institucionais do país, é imprescindível que seja avaliado a efetividade, eficiência e a eficácia das ações implementadas.

Destarte, estudos que visem analisar e mensurar o nível de educação financeira de faixas da população, são importantes para verificar o quanto o tema tem avançado, e se essas ações têm provocado efetivamente mudanças de comportamento e de atitude em relação ao uso do dinheiro e planejamento financeiro de curto, médio e longo prazo.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo fazer um levantamento da evolução dos Índices de Educação Financeira – InDEF, no Brasil, a partir do Decreto Presidencial nº 7.397, de dezembro de 2010.

2 Referencial Teórico

2.1 Teorias sobre Alfabetização Financeira

A *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD, 2013), define alfabetização financeira como sendo uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras e alcançar o bem-estar financeiro individual. No entanto, não há um consenso sobre a definição de alfabetização financeira, traduzida do termo em inglês *Financial Literacy*. Alfabetização financeira é definida por Atkinson e Messy (2012) como sendo a combinação de consciência, conhecimento, habilidades e comportamento necessários para tomar decisões financeiras com objetivo ao bem-estar individual. Outros autores, como Hung, Parker e Yoong (2009) conceituam que a alfabetização financeira consiste na capacidade de utilizar os conhecimentos e habilidades adquiridas para gerir de forma eficaz os recursos, proporcionando bem-estar financeiro. Huston (2010) argumenta que a alfabetização financeira possui duas dimensões: o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal ou a educação financeira, e a sua utilização, ou seja, a aplicação de tais conhecimentos na gestão das finanças pessoais.

O indivíduo para ser considerado alfabetizado financeiramente deve deter um conjunto de conhecimentos e habilidades associados com a capacidade de aplicação desses conhecimentos e habilidades (MOORE, 2003). No entanto, ainda é possível que o indivíduo não seja considerado alfabetizado financeiramente, se ele não tem a habilidade e confiança necessárias para aplicação desses conhecimentos (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013). Apesar das diversas formas com que o termo alfabetização financeira é abordado, grande parte das abordagens sobre este tema, contempla o conhecimento de conceitos financeiros, habilidades para comunicar conceitos financeiros, atitude para gerenciar as finanças pessoais e habilidades para tomar decisões financeiras apropriadas, bem como, confiança para planejar as necessidades financeiras futuras (REDMUND, 2010).

1. Estratégias de Educação Financeira

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE é um fórum único, onde governantes de 35 países⁴ trabalham em conjunto para responder aos desafios econômicos, sociais e ambientais da globalização. A OCDE também está à frente dos esforços para compreender e auxiliar os governos a responder aos novos desafios e preocupações, tais como governança corporativa, economia da informação e os desafios referentes ao envelhecimento da população (OCDE, 2005).

A OCDE definiu parâmetros que consiste em dez princípios e recomendações para o ensino formal em educação financeira. Essas recomendações surgiram a partir de uma pesquisa realizada pela OCDE (2005) em países não membros da organização.

Quadro 1 - Princípios e recomendações de educação financeira - OCDE

1. A educação deve ser promovida de uma forma justa e sem viés, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesse particular.
 2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adaptarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
 3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
 4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
 5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
 6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
 7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
 8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo ou aos serviços financeiros com consequências relevantes.
-

⁴ Os países membros da OCDE são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia, Letônia, Luxemburgo, México, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Eslovaca, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Peru, Reino Unido e Estados Unidos.

9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e devem ser elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: OCDE (2005)

A Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF foi inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela OCDE (2005), e adaptado para a realidade brasileira. Com o objetivo de propor a estratégia nacional de educação financeira no Brasil, foi instituído em 2007 o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização, e foi denominado Grupo de Trabalho do COREMEC. Esse grupo apresentou em 2009, uma proposta para a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A proposta foi validada pelos membros reguladores que compõem o COREMEC, e em dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.3977 estabeleceu formalmente a ENEF. Esse Decreto também criou o CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira (BRASIL, 2009). O COREMEC é composto por quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil tem como objetivo:

(...) promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros de previdência e de capitalização. (BRASIL, 2009, p.02).

A ENEF propõe ações conjuntas entre instituições públicas e privadas, e estabelece políticas de caráter permanente por meio de gestão centralizada para estabelecer harmonia metodológica entre os programas, e execução descentralizadas para abranger toda a população brasileira. As ações envolvem crianças e jovens nas escolas, com aplicação de conteúdos sobre educação financeira e tem o apoio do MEC. Entre os adultos as informações são disseminadas por meio de mídias de massa, como internet, rádio, televisão e imprensa escrita. Também são promovidos eventos por entidades privadas e organizações da sociedade civil, que contribuem para a divulgação e promoção do tema alfabetização financeira. Exemplo dessas ações, é a Semana Nacional de Educação Financeira, que realizou a sua 3ª edição e ocorreu no período entre os dias 15 a 22 de maio de 2016. A Semana ENEF é uma iniciativa do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Alguns públicos-alvo, temas e ações foram selecionados para o público adulto da ENEF (BRASIL, 2009, p. 111).

Público-alvo: militares; servidores públicos; trabalhadores formais e informais; profissionais liberais; estudantes universitários; donas de casa, desempregados; aposentados; trabalhadores rurais; beneficiários de programas sociais; brasileiros residentes no exterior e outros.

Temas: inclusão financeira; proteção ao consumidor; finanças pessoais; noções de economia; noções do sistema financeiro nacional; crédito e microcrédito; consumo consciente; previdência; preparação para a aposentadoria; investimentos; seguros; capitalização e outros.

Ações: portal; palestras; publicações e cartilhas; seminários; encontros regionais; concursos; centrais de atendimento; campanhas publicitárias; cursos; programas de televisão; programas de rádio; feiras; espaços culturais; visitas programadas e outros.

2. Educação Financeira e Instrumentos de Mensuração

A primeira iniciativa de padronização internacional de mensuração de educação financeira e a de maior relevância internacional, foi o documento denominado *Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for Conducting an Internationally Comparable Survey of Financial Literacy*, lançado em 2011 pela OCDE.

No Brasil, em 2008, foi realizada uma importante pesquisa em âmbito nacional, cujo objetivo foi mensurar o grau de educação financeira da população. A pesquisa foi realizada por grupo de trabalho instituído pelo COREMEC (BRASIL, 2009). A pesquisa trabalhou diversos temas relacionados a finanças, entre eles: orçamento doméstico, hábitos de consumo e de poupança, relação com instituições do sistema financeiro, conhecimento e percepção dos diferentes produtos financeiros e meios de pagamento. Foram abordados temas como: formas de poupança, crédito, investimentos, previdência, seguros e capitalização.

Na última década, vários estudos têm sido realizados com a finalidade de mensurar e analisar o nível de alfabetização financeira dos indivíduos. Em 2012 foi desenvolvido pela Serasa o IndEF – Indicador de Educação Financeira, e divulgado pela primeira vez em 2013, a partir de uma pesquisa acadêmica que foi premiada na terceira edição do Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada Serasa Experian (SERASA CONSUMIDOR, IBOPE 2014). Para obter os resultados apresentados, foi aplicado um questionário com questões de múltipla escolha, que levantou o perfil demográfico e socioeconômico dos respondentes, além de perguntas que abordaram temas relacionados a conhecimento, comportamento e atitude financeira.

Potrich, Vieira e Ceretta (2013), para mensurar a alfabetização financeira também contou com questões que abordaram tópicos relacionados a comportamento, conhecimento e atitude financeira, além de perguntas relacionadas a variáveis socioeconômicas e demográficas.

3. Metodologia

Para a construção deste trabalho foi desenvolvido um estudo de natureza exploratória com uso da técnica de análise de dados documentais, artigos e publicações, cujo objetivo consistiu em proporcionar uma visão geral do tipo aproximativo, acerca de determinado assunto (MALHOTRA, 2012). Foram selecionados artigos e publicações a partir de pesquisas em sites acadêmicos e outros, cujo título ou resumo constasse a palavra índice ou nível de educação financeira. A partir desta identificação, foram selecionados os artigos e documentos publicados a partir de 2010, e cujas informações pudessem subsidiar a construção da análise e evolução do índice de educação financeira no Brasil. Foram considerados também, os documentos que continham em sua pesquisa as dimensões relacionadas a conhecimento, comportamento e atitude financeira, justificada pela fundamentação teórica e orientações da OCDE e ENEF. Por fim, foram analisados 9 trabalhos, em que foi considerado o número e perfil dos entrevistados, caracterizado por públicos específicos e população em geral. Analisou-se uma publicação a nível internacional, 3 publicações de público específico e 5 publicações de público geral.

4. Resultados Obtidos e Análise

Para implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil, foi realizada uma pesquisa pelo COREMEC⁵ (BRASIL, 2009). Foram consideradas três fontes para avaliar as principais necessidades da ENEF: pesquisa nacional de educação financeira, experiência de outros países, dados de consumidores obtido pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão do Banco Central.

Os resultados dessa pesquisa confirmaram as percepções iniciais dos reguladores de que o nível de educação financeira da população era baixo. Para a pesquisa foram entrevistadas 1.809 pessoas com diferentes rendas e níveis educacionais em seis capitais dos estados do país⁶. O objetivo da pesquisa foi avaliar o grau de educação financeira da população, detalhando os vários temas relacionados ao orçamento familiar, hábitos de gasto e poupança, relacionamento com as instituições do sistema financeiro, conhecimento e percepção de diferentes produtos financeiros e formas de pagamento, e abordando formas de poupança, crédito, investimento, planos de previdência, seguros e capitalização.

Destarte o diagnóstico acima, será reproduzido abaixo um resumo e análise dos resultados obtidos neste trabalho, cujo objetivo foi fazer um levantamento da evolução dos Índices de Educação Financeira – InDEF, no Brasil, a partir do Decreto Presidencial nº 7.397, de dezembro de 2010.

Quadro 1 – Resumo dos estudo e índice de educação financeira.

População	Dimensões	InDEF	Autores/Ano
534 Universitários (Rio Grande do Sul)	Demográficas, socioeconômicas, conhecimento, atitude, comportamento	75%	Potrich, Vieira e Ceretta (2013)

⁵ Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização

⁶ Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Recife

2002 pessoas acima de 16 anos (Brasil)	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	63%	Serasa e Ibope (2013)
2002 pessoas acima de 16 anos (Brasil)	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	62%	Serasa e Ibope (2014)
150.000 pessoas maiores de 15 anos (144 nacionalidades)	Diversificação e risco, inflação, juros simples e juros compostos	35% Brasil 33% Mundial	S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (Klapper, Lusardi, Oudheusden, 2014)
1.067 respondentes (Rio Grande do Sul)	Demográficas, socioeconômicas, Conhecimento básico e avançado sobre finanças	63,89%	Potrich, Vieira, Campara, Fraga, Santos (2014)
1.400 respondentes maiores de 18 anos (Rio Grande do Sul)	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	67,1%	Potrich, Vieira, Kirch (2014)
2002 pessoas acima de 16 anos (Brasil)	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	62%	Serasa e Ibope (2015)
275 respondentes de um Fundo de Pensão (Porto Alegre)	Poupança e investimento, organização das finanças pessoais, dívidas pessoais, proteção e noções de dinheiro e matemática financeira	61,4%	Zemiacki (2015)
564 universitários, idade 18 e 52 anos (São Paulo)	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	79,5%	Milan (2015)

Fonte: Elaborado pelos autores.

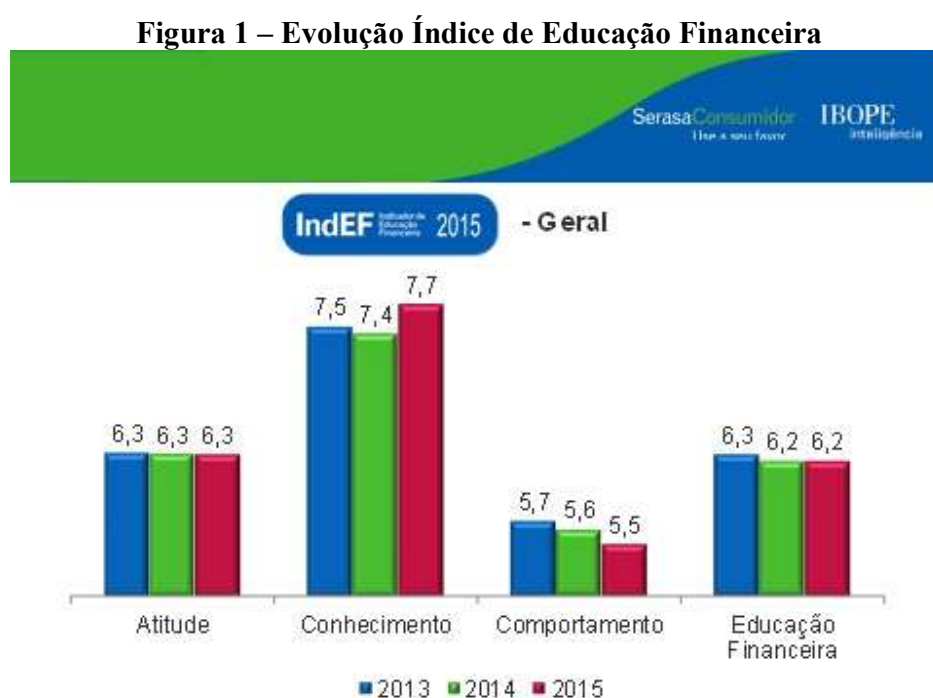
No trabalho de Potrich *at al.* (2013), realizado com 534 universitários da região central do Rio Grande do Sul, revelam que os alunos têm um grau mediano de alfabetização financeira, com índice de 75%. Foram validados no estudo variáveis socioeconômicas e demográficas, aspectos relacionados às dimensões de conhecimento, atitude e comportamento financeiro. As dimensões atitude e comportamento financeiro foram consideradas positivas, mas a dimensão comportamento, não foi considerada satisfatória, por não ter sido identificado formas bem estabelecidas de hábitos de poupar e fazer reserva financeira mensal para necessidades eventuais. A dimensão conhecimento financeiro apresentou nível insatisfatório o que levou o índice a um grau mediano de educação financeira, do grupo estudado. Observou-se que quanto ao conhecimento financeiro, os universitários pesquisados apresentam dificuldades de entendimento acerca de conceitos e produtos financeiros, não detêm um completo domínio de questões básicas, tais como taxa de juros, inflação e valor do dinheiro no tempo.

A Serasa Consumidor e Ibope Inteligente, traz um histórico de pesquisas realizadas a partir de 2013, o que permite ter uma análise da evolução do índice de educação financeiro no país, a cada ano. O IndEF – Indicador de Educação Financeira foi desenvolvido em 2012, e divulgado pela primeira vez em 2013, a partir de uma pesquisa acadêmica que foi premiada na terceira edição

do Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada Serasa Experian. O indicador trabalha com uma escala de 0 a 10 para as avaliações. Quanto maior o índice, maior o nível de Educação Financeira. Para o IndEF, todas as versões, foram entrevistadas 2.002 pessoas maiores de 16 anos, em todos os Estados e no Distrito Federal, incluindo capitais, periferias e interior. Os subíndices que compõem o Indicador de Educação Financeira têm pesos diferentes: Atitude (24%), Conhecimento (26%) e Comportamento (50%) (SERASA e IBOPE, 2015).

O indicador Conhecimento, avalia o entendimento sobre conceitos financeiros; Atitude, considera como a pessoa interpreta sua relação com o dinheiro; e Comportamento, mede as ações financeiras do entrevistado propriamente ditas: se gasta mais do que ganha, se guarda dinheiro e planeja o futuro, etc. (SERASA e IBOPE, 2015).

Abaixo quadro resumo divulgado pela Serasa e Ibope, com a evolução do IndEF – 2013 a 2015.



Fonte: Serasa Consumidor e Ibope Inteligente (2015)

Constata-se que o índice de educação financeira dos brasileiros não está evoluindo, permanecendo com nota 6,2, podendo ser classificada como de nível médio, considerando a escala de 0 a 10, e fazendo analogia aos critérios definidos por Chen e Volpe (1998) e utilizados por Potrich *et al.* (2013): (pontuação inferior a 60%), nível médio (entre 60% e 79% da pontuação máxima) e alto nível de conhecimento (acima de 80% da pontuação máxima).

Faz-se necessário destacar que houve aumento no nível de conhecimento dos brasileiros sobre Educação Financeira, mas sem reflexo na Atitude e no Comportamento que vem obtendo uma ligeira queda de um ano para o outro. Segundo o superintendente da Serasa Consumidor, Júlio Leandro, uma das justificativas para o Conhecimento ter aumentado e Comportamento não é a lacuna natural entre teoria e prática. “As informações adquiridas sobre assuntos financeiros precisam de um tempo para se transformar em bons hábitos” (SERASA e IBOPE, 2015).

Em pesquisa realizada por S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey⁷, é apresentado que apenas 33% da população mundial pode ser considerada educada financeiramente, por dominar três dos quatro conceitos básicos de aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos. Nesse mesmo estudo, baseado em entrevista realizada com 150 mil adultos, é apresentado o nível de educação financeira de 144 países e o Brasil está classificado na 74ª posição, com índice de 33% dos brasileiros considerados educados financeiramente, abaixo de alguns dos países mais pobres do mundo.

Outros dois trabalhos foram realizados em 2014 por Potrich, Vieira, Campara, Fraga, Santos (2014), e Potrich, Vieira, Kirch (2014), em que foram entrevistados 1.067 e 1.400 pessoas, respectivamente, no Rio Grande Sul. No primeiro trabalho, foram consideradas dimensões demográficas e socioeconômicas, conhecimento básico e avançado sobre finanças. O nível de educação financeira verificado foi considerado preocupante, de acordo com a avaliação dos autores. Os entrevistados acertaram 67% das questões de educação básica e 62,34% das questões de educação avançada, revelando um nível médio (63,89%) de educação financeira, porém muito próximo ao nível baixo (abaixo de 60%) (Potrich *et al.* (2014). No segundo trabalho foram consideradas as dimensões demográficas, socioeconômicas, conhecimento, atitude e comportamento. Neste, constatou-se que a maioria dos pesquisados (67,1%) foi classificada como tendo um médio nível de educação financeira.

O estudo de Zemiacki (2015), foi considerado nesta análise por envolver público com uma característica específica e particular, pessoas participantes de um Fundo de Pensão, em que o autor desenvolveu uma metodologia para coleta de dados primários, voltado à obtenção de indicadores e ao cálculo de um índice geral de educação financeira, o qual refletisse o nível de educação financeira daquele público. Foram analisados aspectos relacionados a poupança e investimento, organização das finanças pessoais, dívidas pessoais, proteção e noções de dinheiro e matemática financeira. Constatou-se que o índice de educação financeira do público estudado é de 61,4%, classificado como de nível médio, porém muito próximo ao nível baixo se aplicado o mesmo critério de Chen e Volpe (1998).

Por fim, o trabalho de Milan (2015), mensurou o nível de educação financeira em pesquisa realizada com 564 alunos de uma Universidade de São Paulo, com idade entre 18 e 52 anos, cujos aspectos analisados foram os demográficos e socioeconômicos, as dimensões conhecimento,

⁷ 2 Pesquisa Global de Educação Financeira, Standard & Poor's, 2014.

atitude e comportamento. Concluiu-se que o nível de educação financeira do público é de 79,5%, classificado como alta.

Após análise dos documentos objeto dos estudos constante no quadro 1, conclui-se que o nível de educação financeira no Brasil é mediano, com tendência a baixo quando estendido a população em geral, justificado pelo estudo de S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey, que constatou que apenas 33% da população mundial é educada financeiramente e que no Brasil este percentual é de 55%. Quando olhamos para a pesquisa Serasa e Ibope, a mais ampla no âmbito brasileiro, constatamos que o nível de educação financeira dos brasileiros também é considerado mediano, com índice total na fronteira do nível baixo, e estagnado nos últimos dois anos, com involução, se comparado ao ano de 2013. Observa-se ainda, que a dimensão conhecimento apresentou evolução e eleva a média do índice geral, sendo a dimensão comportamento a que mais prejudica o índice, seguido da dimensão atitude. Esses dados sugerem a necessidade de se investigar as relações entre as dimensões da educação financeira, para melhor entender o papel e a aplicação dos conhecimentos em boas atitudes e bom comportamento financeiro. Ao analisamos as pesquisas realizadas com universitários Potrich *et al.* (2013) e Milan (2015), tem-se que os níveis de educação financeira são medianos e altos, no entanto, na fronteira entre o nível médio e alto, 75 e 79.5%, respectivamente.

Tal conclusão sugere que muito ainda precisa ser feito no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil. Ratifica a necessidade urgente de adoção de medidas efetivas de acompanhamento sistemático da evolução das ações propostas pela ENEF. Faz-se necessário a extensão de programas educativos relacionados ao tema em todas as esferas da sociedade, com o envolvimento das instituições de ensino em todos os níveis, agentes econômicos dos diversos segmentos de mercado e em especial do governo.

5. Referências

Atkinson, A., Messy, F. **Measuring financial literacy: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study.** OCDE, França, março 2012. Disponível em:http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/finance-and-investment/measuring-financial-literacy_5k9csfs90fr4-en#page1. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. ENEF.** Decreto 7.397 de 22 dezembro de 2010. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 23 set. 2022.

_____. Comitê Nacional de Educação Financeira. **Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF.pdf>. Acesso em: 09 set. 2022.

Chen, H., & Volpe, R. P. (1998). An analysis of personal financial literacy among college students. *Financial Services Review*, 7(02), 107-128. Disponível em:

https://www.cgsnet.org/ckfinder/userfiles/files/An_Analysis_of_Personal_Financial_Lit_Among_College_Students.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

CONEF – Comissão Permanente do Comitê Nacional de Educação Financeira. **Resultados do workshop de identificação, alinhamento e fomento das ações voltadas aos adultos e outros públicos selecionados**. Janeiro 2016. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>. Acessado em: 22 set. 2022.

Hung, A. A., Parker, A. M., Yoong, J. Defining and measuring financial literacy. **RAND Corporation**, 23 setembro 2009. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working_papers/2009/RAND_WR708.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

Huston, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v.

44, n. 2, p. 296-316, 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x/epdf>. Acesso em: 09 mai. 2022.

Zemiacki, J. **Educação Financeira: Uma metodologia de pesquisa amostral para aferição de indicadores em fundos de pensão**. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147445/000994522.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 set. 2022.

Klapper, L., Lusard, A., Oudheusden, V. P. **Financial Literacy Around the World: INSIGHTS FROM THE STANDARD & POOR'S RATINGS SERVICES GLOBAL FINANCIAL LITERACY SURVEY**. 2014. Disponível em: http://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

Malhotra, N. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Milan, M. V. G. **O nível de alfabetização financeira de estudantes universitários: um estudo sobre a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECEP**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2015. Disponível em: http://tede.fecap.br:8080/jspui/bitstream/tede/403/1/Marcos_Vinicius_Godoi_Milan.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

Moore, D. L. Survey of financial literacy in Washington State: knowledge, behavior, attitudes and experiences. Social and Economic Sciences Research Center. **Technical Report Number**, p. 03-39. Dezembro 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265728242_Survey_of_Financial_Literacy_in_Washington_State_Knowledge_behavior_Attitudes_and_Experiences. Acesso em: 10 set. 2022.

OCDE. Organisation for Economic Cooperation and Development . **Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender**. Junho 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial->

education/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

_____. Organisation for Economic Cooperation and Development. **Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for Conducting an Internationally Comparable Survey of Financial Literacy**. 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/49319977.pdf>. Acesso em: 00. Mai. 2022.

_____. Organisation for Economic Cooperation and Development. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**, julho 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

_____. **Estudos Econômicos da OCDE Brasil**. Editora FGV, 244 p. Rio de Janeiro, junho 2005. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/observatorio/Completo_OCDE.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

Potrich, A.C.G., Vieira, K. M., Campara, J. P.; Fraga, L. S., Santos, L. F. O. Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set/dez 2014**. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/uftrj/article/viewFile/2438/2105>. Acesso em: 25 set. 2022.

_____, A. C. G., Vieira, K. M., Kirch, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Proposição de um Modelo e Análise da Influência das Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. In. **XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, setembro 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_FIN598.pdf. Acesso em: 21 mai. 2022.

_____, A.C.G., Vieira, K. M., Ceretta, P. S. Nível de Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 314-333. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272911929_Nivel_de_alfabetizacao_financeira_dos_estudantes_universitarios_afinal_o_que_e_relevante. Acesso em: 21 set. 2022.

Redmund, D.L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n.2, p. 276-295, 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x/epdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

SERASA Consumidor, IBOPE Inteligente. **IndEF 2015 - Indicador de Educação Financeira**. Disponível em: http://adminsitere.maxpressnet.com.br/Conteudo/Arquivos/Documento/783254_1.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

_____. **IndEF 2014 - Indicador de Educação Financeira**. Disponível em: <http://serasaconsumidor.com.br/indef/>. Acesso em: 25 set. 2022.